

Avaliação Psicológica no Estado do Maranhão: Cenário Atual e Direções Futuras

Lucas Guimarães Cardoso de Sá¹

Larissa Fook Bastos¹

Anis Settími de Oliveira¹

Laura Andrelynne Durans Duarte¹

¹Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

Resumo

As últimas duas décadas trouxeram mudanças para o campo da Avaliação Psicológica (AP) no Brasil. Considerando que historicamente o desenvolvimento da Psicologia foi desigual entre as regiões do país, este estudo teve como objetivo investigar as práticas, a formação e o conhecimento de psicólogos maranhenses sobre avaliação psicológica. Participaram 124 psicólogos com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, que responderam a um roteiro estruturado de entrevista elaborado para este estudo. Os resultados mostraram que a maioria afirma realizar AP na sua prática profissional, que entrevista é a técnica mais usada e considerada mais importante para o processo, que há indícios de avanço na formação em AP no estado do Maranhão, mas que permanecem dificuldades em relação à compreensão de conceitos psicométricos e na inserção das práticas de AP no dia a dia do trabalho dos psicólogos.

Palavras-chave: avaliação psicológica, testes psicológicos, psicólogos, mensuração, psicometria

Psychological Assessment in the State of Maranhão: Current Scenario and Future Directions

Abstract

The field of Psychological Assessment (PA) in Brazil faced changes in the last two decades. Since the development of Psychology has been historically uneven between the regions of the country, this study aimed to assess the practices, academic training, and knowledge of psychologists from the state of Maranhão on psychological assessment. 124 psychologists with active registration in the Regional Council of Psychology of Maranhão participated responding to a structured interview script prepared for this study. The results show that most claim to perform PA in their professional practice; that interview is the most used technique and it is considered the most important for the process; that there are indications of progress in PA training in the state of Maranhão, but some difficulties remain regarding the comprehension of psychometric concepts and the insertion of PA practices in the daily work of psychologists.

Keywords: psychological assessment, psychological testing, Psychologists, measurement, psychometrics

Evaluación Psicológica en el Estado de Maranhão: Escenario Actual y Direcciones Futuras

Resumen

Las últimas dos décadas trajeron cambios para el campo de la Evaluación Psicológica (EP) en Brasil. Considerando que históricamente el desarrollo de la Psicología fue desigual entre las regiones del país, este estudio tuvo como objetivo investigar las prácticas, la formación y el conocimiento de psicólogos del estado de Maranhão sobre evaluación psicológica. Participaron 124 psicólogos con matrícula activa en el Consejo Regional de Psicología de Maranhão, que respondieron a un guión estructurado de entrevista elaborado para este estudio. Los resultados mostraron que: la mayoría afirma realizar EP en su práctica profesional; la entrevista es la técnica mas usada y considerada mas importante para el proceso; hay indicios de avances en la formación en EP en el estado de Maranhão, pero permanecen dificultades en relación a la comprensión de conceptos psicométricos y en la inserción de las prácticas de EP en el día a día del trabajo de los psicólogos.

Palabras clave: evaluación psicológica, pruebas psicológicas, psicólogos, medición, psicometría

Avaliação Psicológica no Estado do Maranhão: Cenário Atual e Direções Futuras

A avaliação psicológica (AP) pode ser definida como um processo complexo, composto por diferentes técnicas, que tem o objetivo de testar hipóteses a partir da utilização de métodos científicos para a investigação de aspectos psicológicos de indivíduos, grupos ou instituições (Hutz, 2015; Reppold, Wechsler, Almeida, Elosuda, & Hutz, 2020). Isso implica na coleta e

integração de dados e informações obtidos por meio de diferentes fontes (Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014). O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018) divide as técnicas utilizadas para uma AP em dois grupos: (a) fontes fundamentais, que são métodos, técnicas e instrumentos reconhecidos para uso pelos profissionais da Psicologia, tais como testes, entrevistas e observação; e (b) fontes complementares, que incluem técnicas e instrumentos não psicológicos, mas com respaldo na

literatura científica, como portfólios, dramatização, documentos técnicos, como protocolos e relatórios de equipes multiprofissionais, dinâmicas de grupos, jogos, desenhos, grupos focais (CFP, 2018; Cohen et al., 2014). Na prática, as primeiras devem obrigatoriamente fundamentar a decisão, sendo possível recorrer às últimas como complemento e auxílio. Cabe a cada psicólogo definir, conforme contexto e demanda, quais e como as fontes serão combinadas (Reppold, Zanini, & Noronha, 2019).

A AP é considerada uma habilidade primordial e identitária dos profissionais da Psicologia (Pasquali, 2016). A sua história no Brasil é antiga e está relacionada ao surgimento da própria Psicologia no país (Nakano & Roama-Alves, 2019; Pasquali, 2016). Após um período de grande ascensão na primeira metade do século XX, a AP passou a vivenciar uma fase de fortes críticas, especialmente porque a testagem psicológica, considerada então como a avaliação psicológica em si, apresentava problemas excessivos em sua execução. Os testes, pouco representativos das características da população do Brasil, com estudos psicométricos limitados e muitas vezes sem normas específicas para a cultura brasileira, acabaram se tornando alvo fácil de contestações (Wechsler, Hutz, & Primi, 2019). Somente nos anos 1990, a partir da mobilização de pesquisadores e professores insatisfeitos com a situação da AP no país, houve ações práticas que buscaram reestruturar a área (Bueno & Peixoto, 2018).

Ainda que o foco desse movimento de reestruturação tenha sido na testagem psicológica, a criação de resoluções específicas que regulamentavam as práticas em AP no contexto nacional teve um grande impacto para a área no Brasil. Foram observados aumentos no número de publicações e de instrumentos, avanços na organização dos profissionais e pesquisadores (Primi, 2010) e aumento na diversificação das áreas de aplicação da AP (Mansur-Alves, Silva, & Fernandes, 2016). Além disso, foi possível notar uma evolução na concepção dos profissionais sobre o que é a AP, permitindo que ela começasse a ser compreendida como um processo maior, que pode ou não incluir a testagem psicológica junto a outras técnicas (Bueno & Ricarte, 2017). Isso ficou evidente quando a própria Resolução 009/2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018) adicionou e regulamentou a compreensão da AP como um processo que não depende exclusivamente dos testes psicológicos, consolidando a autonomia da(o) psicóloga(o) para decidir quais métodos, técnicas e instrumentos irá utilizar no processo (Rueda & Zanini, 2018). Hoje, o Brasil

se destaca na América Latina em termos de avanços e cuidados com a avaliação psicológica e mais especificamente com a testagem psicológica (Muñiz Fernández, Hernández, Elosua, & Wechsler, 2021).

Paralelo a isso, surgiu também a preocupação com a formação dos psicólogos no país, pois, se por um lado a Psicologia teve grandes avanços na regulamentação da avaliação e testagem psicológicas, por outro ainda não se sabe claramente se as competências e habilidades necessárias para a atuação de psicólogas(os) estão sendo desenvolvidas (Gouveia, 2018). A AP pode ser considerada uma área de formação básica em Psicologia, uma vez que está relacionada a um conjunto de habilidades que toda(o) psicóloga(o) deve obter ao longo de sua formação, independentemente da área em que irá atuar profissionalmente (Nunes et al., 2012). Por essa razão, uma série de componentes curriculares deveria fazer parte das grades curriculares dos cursos de Psicologia. Nunes et al. (2012) já haviam apresentado como seria uma formação mínima em AP dentro de um curso de graduação. Mais recentemente, Oliveira, Muniz, Lima, Zanini e Santos (2021) apresentaram um guia completo sobre a formação e estratégias de ensino em AP. Portanto, espera-se que a médio e longo prazo existam avanços importantes no tema, mas atualmente ainda se observa uma distância entre o ideal e o real.

Há alguns anos discute-se que o ensino de AP nos cursos de graduação comumente foca demasiadamente na aplicação e correção de testes, sem desenvolver um raciocínio crítico para o exercício dessa atividade. Gouveia (2018) trata dessa discussão, afirmando que ainda há deficiências dos currículos das graduações em Psicologia, com poucas disciplinas dedicadas à AP, muitas vezes centradas em aplicação e correção de testes e geralmente não obrigatórias dentro da grade curricular.

Atualmente, parece existir um consenso de que o ensino de AP não deve se resumir a técnicas isoladas, mas sim contemplar experiências teórico-práticas que resultem no desenvolvimento de competências para uma atuação responsável e de qualidade (Bueno & Peixoto, 2018). O ensino de avaliação psicológica deve ser uma possibilidade de desenvolver um raciocínio em Psicologia (Nunes et al., 2012). Assim, é necessário avançar de uma perspectiva tecnicista e isolada da avaliação psicológica, para uma abordagem que permita integrar o conhecimento com outras disciplinas, algo que Ambiel, Baptista, Bardagi e dos Santos (2018) apontam como deficiente na maioria das graduações em Psicologia. Essa proposta de integração das disciplinas de AP é defendida por Reppold e Serafini (2010),

que consideram relevante atrelar às disciplinas e aos estágios os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de AP, oferecendo aos discentes novas perspectivas de raciocínio em Psicologia, demandas reais e possibilidades de intervenção.

No Maranhão, a história da Psicologia é relativamente recente. Embora existisse, desde os anos 1970, um Departamento de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ele era responsável por ofertar disciplinas a outros cursos da universidade. O primeiro curso de graduação em Psicologia do estado teve início apenas em 1991, na UFMA (Araújo, 2011). O projeto pedagógico incluía três disciplinas relacionadas a AP no currículo (Psicometria, Técnicas de Exame Psicológico 1 e 2). No início da década de 2020, o estado contava com 17 cursos de Psicologia, sendo oito na capital, nove no interior e somente um em universidade pública (Figueiredo, Halabe, & Santos, Neto, 2021). Outro aspecto a ser considerado é que, embora atualmente exista maior variedade de opções para quem busca uma formação em Psicologia, ela é muito recente no estado. Dos 17 cursos de graduação, 14 foram criados entre 2015 e 2020 (Figueiredo et al., 2021). No primeiro semestre de 2021, havia 3.801 psicólogos registrados no Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, que também é recente, tendo sido criado em 2013, após se desmembrar do Conselho Regional de Psicologia do Ceará (Conselho Regional de Psicologia do Maranhão [CRPMA], comunicação pessoal, 6 de abril, 2021).

Essa história faz com que o número de psicólogos no Maranhão ainda seja pequeno se comparado a outros estados, especialmente do sul e sudeste do Brasil, o que pode ser um reflexo de uma tradicional concentração de cursos, psicólogos, eventos e pós-graduações nessas regiões onde a Psicologia se encontra mais consolidada e difundida (Hazboun & Alchieri, 2014). Considerando então que a formação do psicólogo maranhense é algo recente e em processo de desenvolvimento, com tendência a um alto crescimento nos próximos anos, surgiu a preocupação em compreender como têm sido as práticas em avaliação psicológica dessas(es) profissionais no estado. Entende-se que uma boa formação é um requisito necessário para a prática, que por sua vez vai realimentar o ciclo de formação. Provavelmente, muitos profissionais já formados irão ser professores e supervisores dos discentes que irão iniciar a formação.

Por todo esse cenário apresentado e considerando ainda o apontamento de Reppold, Wechsler, Almeida, Elosuda e Hutz (2020) de que faltam estudos sobre as práticas em avaliação psicológica no Brasil,

especialmente sobre o perfil dos profissionais, uma série de perguntas foi elaborada: os psicólogos maranhenses têm realizado avaliação psicológica? Por que não realizam avaliações psicológicas? Por que avaliam ser importante realizar uma avaliação psicológica? Que técnicas têm usado? Como avaliam a formação que tiveram? Conhecem as regulamentações? Conhecem as definições teóricas das propriedades psicométricas? Conhecem as propriedades psicométricas dos testes? Quais dificuldades encontram na prática? A fim de responder a essas perguntas, este estudo teve como objetivo investigar as práticas, a formação e o conhecimento de psicólogos maranhenses sobre avaliação psicológica.

Método

Participantes

A amostra foi composta por 124 psicólogos com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRPMA), formados há, em média, seis anos e meio ($M = 78$ meses, $SD = 74,2$, $Mdn = 60,0$), em universidades públicas (48,3%) e privadas (51,6%), com atuação tanto na capital do estado (75,8%) quanto no interior (24,2%). A maioria era de mulheres (79,8%) e a média de idade foi de 32 anos ($SD = 8,0$, $Mdn = 30,0$). A titulação mais frequente foi residência ou especialização (51,6%), seguida por graduação (33,1%), mestrado (13,7%) e doutorado (1,6%). A renda predominante foi de um a três salários mínimos (57,2%), seguida por quatro a sete salários mínimos (33,9%), oito a 11 salários mínimos (6,4%) e 12 ou mais salários mínimos (2,4%). A principal área de atuação foi a clínica (25,8%), seguida por saúde ou hospitalar (18,5), organizações ou trabalho (16,9%), escolar ou educacional (12,9%), social (11,3%), avaliação psicológica (4%), trânsito (2,4%), neuropsicologia (1,6%), orientação profissional (0,8%), forense (0,8%) e outras (4,8%). As características dos participantes são semelhantes às da amostra nacional coletada por Reppold et al. (2020).

Instrumentos

Para a realização da coleta de dados, foi construído um roteiro de entrevista estruturado, nomeado como Questionário de Avaliação das Práticas em Avaliação Psicológica (QUAPAP). Compunham o questionário perguntas abertas sobre a prática profissional em avaliação psicológica, questões fechadas com escala tipo Likert de seis pontos, variando de 0 a 5, que mediam a frequência ou grau de importância de técnicas de avaliação psicológica, e uma seção em que os participantes deveriam

ler as definições constitutivas de validade, fidedignidade, normatização e padronização e associar a definição ao conceito. O instrumento completo pode ser obtido por *e-mail*, escrevendo a um dos autores deste estudo.

Procedimentos

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil (CAAE: 58575516.0.0000.5087) e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão com o parecer 1.804.479. Para ser parte da amostra da pesquisa, bastava ser psicólogo com registro ativo no CRPMA. Foram excluídos aqueles que não atuaram como psicólogos nos 12 meses anteriores à pesquisa. Os pesquisadores tentaram realizar uma amostragem aleatória, sorteando os participantes da lista de inscritos no CRPMA, de forma a obter uma amostra representativa dos psicólogos do Estado. No entanto, isso não foi possível devido às questões de privacidade e proteção de dados. O conselho de classe não pôde fornecer dados pessoais de contato dos inscritos. Trata-se, portanto, de uma amostra de conveniência, obtida por meio do método bola de neve. Os pesquisadores solicitaram aos professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão que indicassem contatos de psicólogos registrados no CRPMA. A partir dessa indicação, era enviada uma mensagem telefônica de texto ou *e-mail*, na qual eram explicados o objetivo da pesquisa e o critério de inclusão e exclusão. Havendo consentimento em participar, era enviado o *link* para acessar o QUAPAP, que poderia ser autorrespondido via plataforma Google Formulários. Ao finalizar o preenchimento, os pesquisadores solicitavam que cada participante compartilhasse contatos de outras pessoas que também pudessem participar da pesquisa. O procedimento foi repetido até que não houve mais novos nomes indicados ou os indicados não responderam os contatos dos pesquisadores.

Análise de Dados

As análises qualitativas foram realizadas por meio de agrupamento de conteúdo feito por juízes, tomando como base o que é apresentado por Sousa e Santos (2020) para análise de conteúdo. Os pesquisadores solicitaram a seis expertos em avaliação psicológica (quatro especialistas e dois mestres), com tempo de formação variando de quatro a vinte anos, que classificassem as justificativas dadas por psicólogos sobre não realizarem avaliação psicológica. Para isso, foram utilizadas cinco categorias predefinidas por Hazboun e Alchieri (2013) como justificativas mais comuns para psicólogos não

realizarem avaliação psicológica: natureza do trabalho, área de atuação, uso de testes psicológicos, participação nas atividades e formação. Cada juiz analisou, de maneira independente, todas as respostas fornecidas pelos participantes. Não havia classificações certas ou erradas pré-determinadas para as respostas, que pudessem causar divergência de codificação. Os expertos poderiam escolher uma ou mais categorias predefinidas para classificar cada resposta dada por um participante do estudo. Também poderiam propor e descrever categorias novas para respostas que não se encaixavam nas alternativas apresentadas. A análise dos dados foi realizada somando-se a frequência com que cada categoria foi indicada pelos juízes em todas as respostas.

As demais análises qualitativas, sobre a importância da avaliação psicológica para o psicólogo e sobre as dificuldades indicadas por ele na prática de avaliação psicológica, seguiram procedimentos semelhantes. Quatro psicólogos expertos (dois mestres e dois doutores) leram as respostas dos participantes do estudo e as agruparam por semelhança de conteúdo, nomeando categorias ao encontrar pelo menos cinco respostas semelhantes. Os autores do estudo agruparam o conteúdo das categorias indicadas pelos juízes, descrevendo-as constitutivamente.

A análise quantitativa dos dados foi realizada utilizando-se o programa JASP, versão 0.13 (JASP Team, 2020). Para as perguntas sobre frequência de uso de técnicas, importância das técnicas, uso de propriedades psicométricas, formação e legislação, foram descritas as médias e as porcentagens de cada resposta. Para o conhecimento sobre as propriedades psicométricas, foram calculadas as porcentagens de acerto e erro. Também foram realizadas correlações de Spearman entre o tempo de formado e a autoavaliação sobre a qualidade da formação recebida.

Resultados

Os resultados mostraram que 31,45% dos participantes afirmaram não utilizar avaliação psicológica no exercício da profissão. As justificativas fornecidas por esses que afirmaram não utilizar avaliação psicológica mostraram que o conteúdo mais comum para isso foi a natureza do trabalho ($n = 104$), seguido por área de atuação ($n = 60$), formação ($n = 43$), uso de testes psicológicos ($n = 26$) e participação nas atividades ($n = 9$). Além disso, outras categorias sugeridas pelos juízes foram: direcionamento e determinações do local de trabalho ($n = 10$), falta de contexto, oportunidade

ou demanda para a realização de AP ($n = 7$), custos do material e falta de recursos para realizar a AP ($n = 6$), limitações por abordagem teórica ($n = 2$) e outras respostas que não puderam ser agrupadas, por serem únicas e não formarem categorias ($n = 5$).

Os outros 68,55% afirmaram ter realizado avaliação psicológica no último ano e justificaram o uso, asseverando que ela é importante por: (1) permitir uma melhor compreensão do sujeito, com avaliação fidedigna de aspectos da sua personalidade e comportamento, possibilitando uma boa análise das características de um indivíduo, para assim responder a uma demanda específica; (2) garantir rigor científico à prática profissional, fornecendo à avaliação psicológica o *status* de uma prática baseada em procedimentos científicos, que permite obter informações válidas e fidedignas que sustentam a tomada de decisão do psicólogo; (3) possibilitar melhores planejamentos, execuções e tomadas de decisão em diversos contextos (tratamentos psicoterapêuticos, seleção de pessoal, desenho de intervenções educacionais e sociais); (4) sustentar hipóteses, interpretações, assegurar conclusões e amparar a prática profissional exigida a partir de demandas externas, como é comum nos contextos da saúde e judicial. Também foram apresentados conteúdos de contextos mais específicos, em que AP é considerada importante: (5) para a avaliação do perfil em contexto de Psicologia Organizacional e do Trabalho; (6) para estruturar o tratamento proposto em contexto clínico; e (7) para sustentar a produção de documentos psicológicos.

Na Tabela 1 são apresentados os dados sobre a frequência de uso e o grau de importância atribuído às fontes fundamentais de avaliação psicológica. Outros resultados para além dos descritos na tabela indicaram que, em relação às fontes complementares, o maior destaque foi para a análise documental, utilizada quase sempre ou sempre por 47% da amostra e considerada muito importante ou imprescindível por 63,6% dela. Desenhos e jogos também foram técnicas apontadas como de uso frequente (33%; 31,8%, respectivamente) e consideradas importantes (38,8%, 34,1%, respectivamente). Por outro lado, dinâmicas de grupo foram utilizadas apenas por 17,6% e consideradas importantes para a prática profissional de 30,5% dos participantes. Outras técnicas mencionadas como utilizadas no último ano foram: dramatização, grupos focais, contato com familiares e outros profissionais, case, elaboração de redação e textos, questionários, simulação situacional, psicodrama, musicoterapia, tarefas ocupacionais, técnicas sistêmicas, análise funcional, registros de humor, baralhos, rodas de conversa.

Na Tabela 2 são apresentados dados sobre os cuidados prévios do psicólogo à utilização dos testes. Destaca-se que as partes mais valorizadas dos manuais foram a fundamentação teórica e as normas, com menor ênfase aos estudos de validade e fidedignidade. Quanto ao conhecimento da legislação vigente sobre avaliação psicológica, a Tabela 3 indica que os psicólogos da amostra parecem familiarizados com as orientações formais dos conselhos de classe em relação à AP.

Tabela 1.

Frequência e Importância da Utilização de Fontes Fundamentais de Avaliação Psicológica

		No último ano, com que frequência utilizou as técnicas listadas abaixo para realizar uma avaliação psicológica?					
Frequência	<i>M (SD)</i>	Nunca (%)	Quase nunca (%)	Poucas vezes (%)	Muitas vezes (%)	Quase sempre (%)	Sempre (%)
Entrevista	4.9 (0.3)	0.0	0.0	0.0	1.2	4.7	94.1
Observação	4.5 (0.9)	0.0	2.3	3.5	10.6	7.1	76.5
Testagem	2.9 (1.9)	21.2	7.1	10.6	5.9	25.9	29.4
Importância		Na sua principal área de atuação profissional, que grau de importância você atribui para cada uma das técnicas abaixo na realização de uma avaliação psicológica?					
	<i>M (SD)</i>	Nenhuma (%)	Muito pouca (%)	Pouca (%)	Mediana (%)	Muito (%)	Imprescindível
Entrevista	5.0 (0.1)	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2	97.6
Observação	4.7 (0.8)	1.2	0.0	2.3	5.9	7.1	83.5
Testagem	3.8 (1.2)	0.0	8.2	5.9	17.6	34.1	34.1

Em relação à formação, o número médio de disciplinas cursadas durante a graduação foi de 2,6 ($SD = 0,8$). Na Tabela 4 são apresentados os dados completos sobre o tópico, indicando percepção de que a formação parece ter sido suficiente, embora não ideal. Os dados indicam ainda uma tendência de que pessoas com mais tempo de formado percebam menor qualidade da formação, e vice-versa, conforme apresentado na última coluna da mesma tabela.

Os resultados sobre o conhecimento dos participantes em relação às definições das propriedades psicométricas de um instrumento mostraram que 32,65% identificaram corretamente a definição de normatização, enquanto outros 51,76% erraram a identificação, confundindo com outras propriedades psicométricas e 10,59% apontaram que não sabiam a resposta. Para a padronização, 62,35% acertaram a definição, 35,29% erraram e 2,35% afirmaram não saber.

Quanto aos conhecimentos sobre validade, 43,53% dos participantes acertaram, a mesma porcentagem errou e 12,94% disseram não saber a resposta. Para a fidedignidade, 65,88% acertaram a definição, 28,24% erraram a resposta e 5,88% não souberam responder.

Por fim, as dificuldades indicadas pelos psicólogos na prática de avaliação psicológica foram relacionadas a: a) ambiente e autonomia, que refere-se a limitações advindas do ambiente de trabalho, como a falta de estrutura física adequada para a realização da avaliação psicológica ou dificuldades de obter valorização para a avaliação psicológica pelos superiores; b) urgência e disponibilidade de tempo, referente à falta de tempo para lidar com um grande número de demandas e realizar a avaliação psicológica de forma completa; c) qualidade do material, que aborda dificuldades relacionadas aos instrumentos e testes psicológicos, incluindo a qualidade dos testes disponíveis, dificuldades no manejo

Tabela 2.

Conhecimento dos Testes antes da Primeira Utilização

Com que frequência você, antes de usar um teste psicológico pela primeira vez...	M (<i>SD</i>)	Nunca (%)	Quase nunca (%)	Poucas vezes (%)	Muitas vezes (%)	Quase sempre (%)	Sempre (%)
Lê a fundamentação teórica	4.6 (0.8)	1.4	0.0	1.4	3.0	19.4	74.6
Analisa dados de validade	4.0 (1.3)	1.5	3.0	13.6	7.6	24.2	50.0
Analisa dados de fidedignidade	3.8 (1.4)	4.5	3.0	10.4	10.4	28.3	43.3
Analisa as normas	4.8 (0.5)	0.0	0.0	0.0	4.5	6.0	89.5
Observa as datas dos estudos de validade, precisão e normas	4.0 (1.2)	1.5	1.5	8.9	11.9	26.9	49.2

Tabela 3.

Conhecimentos sobre Legislação

O quanto você conhece sobre...	M (<i>SD</i>)	Grau de conhecimento					
		Nada (%)	Muito pouco (%)	Pouco (%)	Muito (%)	Quase tudo (%)	Tudo (%)
Resolução CFP 009/2018	3.7 (0.8)	0.0	0.0	5.9	29.4	50.6	14.1
Resolução CFP 006/2019	3.9 (0.8)	0.0	0.0	2.3	27.0	47.0	23.5
Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi)	3.5 (1.2)	4.7	1.2	11.8	20.0	43.5	18.8
Com que frequência você...	M (<i>SD</i>)	Nunca (%)	Quase nunca (%)	Poucas vezes (%)	Muitas vezes (%)	Quase sempre (%)	Sempre (%)
Utiliza o SATEPSI	3.7 (1.6)	10.6	2.3	3.5	17.6	22.3	43.5

Tabela 4.

Avaliação da Qualidade da Formação em Avaliação Psicológica e Correlação com Tempo de Formado

Tópico	M (SD)	Totalmente insuficiente (%)	Muito insuficiente (%)	Um pouco insuficiente (%)	Suficiente (%)	Muito suficiente (%)	Totalmente suficiente (%)	ρ (sig)
Avaliação geral da formação	2.8 (1.3)	2.3	16.5	22.3	27.1	23.5	8.2	-.32 (.002)
Construção de instrumentos	2.3 (1.6)	15.3	22.3	16.5	18.8	15.3	11.8	-.43 (<.001)
Validade	2.5 (1.5)	7.1	23.5	18.8	20.0	20.0	10.6	-.48 (<.001)
Fidedignidade/ Padronização	2.6 (1.5)	9.4	16.5	21.2	21.2	20.0	11.8	-.50 (<.001)
Normatização	2.5 (1.5)	7.1	24.7	20.0	18.8	17.6	11.8	-.43 (<.001)
Testes psicométricos	2.5 (1.5)	7.1	22.3	21.2	18.8	18.8	11.8	-.43 (<.001)
Testes projetivos	2.7 (1.4)	3.5	20.0	23.5	16.5	28.2	8.2	-.37 (<.001)
Entrevista psicológica	2.6 (1.2)	2.3	18.8	24.7	25.9	22.3	5.9	-.22 (<.035)
Observação psicológica	3.3 (1.2)	1.2	5.9	15.3	30.6	29.4	17.6	-.31 (.004)
Ética em avaliação psicológica	3.2 (1.2)	1.2	7.0	21.2	28.2	27.1	15.3	-.10 (.33)
Legislação em avaliação psicológica	3.7 (1.2)	1.2	3.5	14.1	14.1	35.3	31.8	-.21 (.04)
Elaboração de documentos	2.9 (1.4)	5.9	12.9	22.3	20.0	24.7	14.1	-.38 (<.001)
	2.6 (1.4)	5.9	17.6	25.9	23.5	12.9	14.1	-.27 (.01)

dos testes existentes e precariedade técnica (testes com estudos de normas e validade expirados); d) acesso ao material, cujo conteúdo trata das dificuldades no acesso aos materiais por motivos não financeiros, tais como inexistência de locais de venda dos instrumentos e falta de disponibilidade de instrumentos para contextos específicos; e) custo do material, referente a restrições financeiras para a aquisição dos materiais; e f) formação, limitações próprias do profissional, que advém de lacunas na sua formação.

Discussão

Os resultados deste estudo mostraram que a maioria das(os) psicólogas(os) maranhenses afirma realizar AP em suas práticas profissionais. Apesar disso, quase um terço indicou não realizar, o que pode ser considerado preocupante. As justificativas mais comuns para isso foram que o trabalho realizado e a área de atuação não exigem avaliações psicológicas. Essa concepção é surpreendente porque a AP é parte fundamental de

quase todas as atividades do psicólogo. Não parece possível, por exemplo, propor qualquer intervenção em psicologia sem uma avaliação prévia. É justamente a avaliação que oferece o suporte necessário às tomadas de decisão. Portanto, tais justificativas parecem mostrar uma confusão e desconhecimento sobre o que de fato é o processo. Isso pode ser resultado de uma ideia errônea de que AP é um processo que só ocorre de forma independente, como nas avaliações compulsórias nas áreas de trânsito e porte de armas. Pode haver uma dificuldade de reconhecer que ela pode estar integrada a um contexto interventivo, como ocorre, por exemplo, na clínica.

Por outro lado, é importante salientar que, ao contrário da concepção histórica, houve uma baixa prevalência da confusão entre testagem e avaliação psicológica, o que pode indicar que os psicólogos atualmente possuem um melhor entendimento sobre cada conceito, demonstrando avanço em relação a antigos estereótipos que a área carrega (Hazboun & Alchieri, 2013; Andrade & Sales, 2017). Portanto, se por um lado

o trabalho feito para desmistificar que avaliação e testagem são sinônimos já mostra resultados, o próximo passo talvez seja desmistificar que avaliação psicológica é algo isolado, que só é requisitada em trabalhos e áreas específicas.

Em relação à importância da AP, os resultados mostraram uma percepção de que ela é fundamental para a tomada de decisões. Há uma valorização da necessidade de garantir rigor científico e técnico às atuações profissionais. Provavelmente, essa já é uma tendência derivada da mobilização da categoria para tentar reverter os déficits históricos da área no Brasil. A organização de eventos, a criação de normas e resoluções, a produção de material foram os principais fatores para a retomada do desenvolvimento da área no Brasil (Bueno & Peixoto, 2018) e colaboraram para uma mudança de como a AP é percebida pelas(os) próprias(os) psicólogas(os).

Um resultado que se destacou foi a entrevista e observação como as técnicas mais utilizadas e consideradas mais importantes pelas(os) psicólogas(os), com a testagem na terceira posição. A predominância dessas três técnicas faz sentido, considerando que são percebidas como fundamentais (CFP, 2018), mas foi surpreendente a testagem nessa posição, pela relevância histórica que ela tem para os psicólogos (Oakland, Douglas, & Kane, 2016) e pela constatação de uma atitude altamente positiva de psicólogos latino-americanos (Muñiz Fernández et al., 2021) e de diversos outros países do mundo (Evers et al., 2017) em relação a ela. Reppold et al. (2020) encontraram que 94,33% dos psicólogos brasileiros afirmaram usar testes em sua prática profissional. Nos resultados do estudo aqui apresentado, quase 40% afirmam usar pouco ou mesmo nunca usar testes em suas avaliações psicológicas. Além disso, chamou a atenção o fato de que, com exceção da análise de documentos, jogos e desenhos, outras fontes complementares parecem pouco utilizadas.

Primi (2010) chamava a atenção para a pouca diversificação das estratégias de ensino de AP, muito pautada em modelos datados, focados em testagem e interpretação de resultados de testes. Na mesma direção, Bardagi, Teixeira, Segabinazi, Schelini e do Nascimento (2015) e Wechsler, Hutz e Primi (2019) mencionam que a correção e interpretação de testes psicológicos é a atividade mais comumente realizada nas disciplinas de AP. Embora não seja possível saber se o menor percentual de uso de testes por psicólogos maranhenses seja devido a uma atitude negativa em relação aos testes ou a uma mudança rumo a uma valorização mais

equitativa das técnicas, os resultados mostram que é necessário passar a também dar atenção para o ensino de entrevista e observação na formação de psicólogas e psicólogos brasileiros. São técnicas com alta frequência de uso, consideradas importantes para a realização de AP e, conseqüentemente, para as tomadas de decisão feitas pelos profissionais que as aplicam.

Analisando essa informação, chama a atenção que as discussões sobre a qualidade e o uso de testes ainda sejam desproporcionalmente maiores que para entrevista e observação. Não significa diminuir as discussões sobre os testes, mas caminhar para uma maior equidade. Assim, é necessário assegurar um ensino adequado e completo das técnicas de entrevista e observação, não deixando que a prática seja embasada pela intuição do futuro profissional, mas sim pela base científica inerente a elas. A boa notícia é que o trabalho realizado nos últimos anos pode estar começando a gerar resultados positivos. E essa deve ser uma tendência no ensino de avaliação psicológica nos próximos anos. Bardagi et al. (2015) afirmam que tem ganhado destaque o ensino de elaboração de documentos, entrevista diagnóstica e avaliação psicológica como um todo, tornando menos frequente o ensino de aplicação, correção e interpretação de testes psicológicos. Em Oliveira et al. (2021) já há uma preocupação explícita com o ensino e formação em entrevista e observação e técnicas complementares, como a dinâmica de grupo.

Esse caminho da formação, que vai além da graduação e deve ser constante na carreira profissional de psicólogas e psicólogos, parece estar aberto, uma vez que os dados sugeriram que os participantes da pesquisa estão cientes da importância de ter conhecimento prévio sobre informações de um instrumento antes de utilizá-lo. A maior parte afirmou que estuda o manual do instrumento anteriormente à utilização, com maior ênfase para a fundamentação teórica e as normas do instrumento e menor ênfase para dados de validade e precisão. Vendramini e Lopes (2008) realizaram um estudo semelhante e também encontraram que essas são as informações menos lidas por profissionais. Isso pode ser resultado mais de uma dificuldade de compreensão da informação que falta de interesse. Esse resultado é problemático porque são as evidências de validade que, entre outras coisas, comprovam a adequabilidade do uso do teste no contexto em que se deseja utilizá-lo.

Outro resultado que leva a crer que os psicólogos do Maranhão têm buscado se desenvolver, apesar das dificuldades, foi aquele que indicou níveis elevados

de autorrelato de conhecimento sobre as resoluções importantes para a AP e sobre o Satepsi. Buscar informações e diretrizes sobre como realizar avaliação psicológica e sobre os testes que são autorizados para uso indica uma percepção da responsabilidade que psicólogas e psicólogos têm na prática da Psicologia. Isso está previsto no Código de Ética do Psicólogo, que prevê como um princípio fundamental a busca por um contínuo aprimoramento profissional (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005). Esses dados também podem ser resultado dos esforços da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e das regulamentações no campo da AP e coincidem com os resultados encontrados por Muñoz, Hernández, Elosua e Wechsler (2021), de que psicólogos latino-americanos consideram que é necessário melhorar a formação desde a graduação.

Sobre a formação na graduação, dois resultados se destacaram. O primeiro é que há uma percepção das(os) psicólogas(os) maranhenses de que a formação geral em avaliação psicológica foi mediana. O segundo, é que podemos estar vivenciando um período de mudança. Os dados indicaram que o tempo de formado está significativamente relacionado à percepção da qualidade. Quanto mais recente a formação, maior a indicação de qualidade dos conteúdos. Tais resultados sugerem uma mudança na tendência dos achados que vinham indicando uma formação deficitária em avaliação psicológica, tendo como consequência estudantes que se tornam profissionais pouco preparados para a prática (Ambiel, Zuanazzi, Sette, Costa, & Cunha, 2019). Ainda que a formação ideal possa estar distante, parece já haver uma melhora em relação ao ensino dos conteúdos de AP.

De qualquer forma, ainda há uma tendência a considerar o aprendizado de psicometria como mais insuficiente que conteúdos de avaliação psicológica. Tradicionalmente, a psicometria exige um raciocínio lógico-matemático e estatístico que tende a ser percebido como mais difícil de aprender e ensinar, ocasionando uma rejeição aos seus conteúdos. Vendramini, Silva e Dias (2009) já relatavam uma tendência entre os alunos de Psicologia de demonstrar desinteresse ou rejeição em relação a métodos estatísticos e, conseqüentemente, a disciplinas que requerem tais métodos. Evidência disso é que menos da metade dos participantes foi capaz de identificar as definições constitutivas de validade e de normas e pouco mais da metade identificou as definições de padronização e fidedignidade. Como a psicometria utiliza métodos estatísticos, essa relação

entre estatística e AP acaba muitas vezes afastando os alunos, desmotivando-os para o aprendizado de tais disciplinas. Como consequência, é possível que os psicólogos sejam capazes de ler os conteúdos, mas não de compreendê-los de maneira formal e integral, acabando por ter uma compreensão limitada e intuitiva, o que não é o ideal. Tal achado corrobora as reflexões de Gouveia (2018), que afirma que a formação em AP, apesar de ter avançado, ainda possui deficiências curriculares, tecendo uma crítica às didáticas utilizadas na transmissão de tais conhecimentos.

Pertinente às dificuldades apontadas pelas(os) psicólogas(os) para a realização de avaliação psicológica, destacaram-se aquelas relacionadas à testagem, especialmente de disponibilidade e custos dos testes, além de uma ênfase a fatores externos, especialmente do ambiente e rotina de trabalho. Apenas de forma secundária apareceu uma atribuição mais interna e pessoal, referindo-se à qualidade da formação. Isso corrobora com o estudo feito por Hazboun e Alchieri (2014) onde algumas das principais dificuldades apontadas pelos profissionais também foram a respeito das condições de tempo, espaço, relacionamento com a equipe e dificuldades referentes a materiais, adequada estrutura física, além de questões relacionadas ao custo-benefício da testagem.

Pensando em soluções para as dificuldades ligadas ao trabalho em si, caberia uma maior divulgação e orientação para não psicólogos sobre os limites e alcances de uma avaliação psicológica. Para a questão dos custos, a solução passa por uma maior variedade de testes construídos, maior facilidade para autorização dos instrumentos em contexto profissional e maior produção de testes gratuitos. Iniciativas como a do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, que está propondo a criação de um repositório de testes, podem ser bastante úteis e poderia ser ampliada para testes gratuitos com autorização de uso como fonte fundamental. Embora a comercialização seja relevante, especialmente pensando no sistema de distribuição e acesso, muitos testes brasileiros são desenvolvidos com financiamento público. A disponibilização gratuita seria então uma forma de dar um retorno social não apenas para psicólogas(os), mas para a sociedade como um todo, favorecendo as consequências sociais positivas da testagem. Por fim, a dificuldade de formação passa pela busca dos profissionais da AP por ofertar e participar de cursos, palestras, congressos, muitos dos quais gratuitos ou de baixo custo e agora em formato remoto e *on-line*, de fácil acesso.

Considerações Finais

A avaliação psicológica no Brasil costuma ser dividida em fases distintas, que vão desde uma pré-história da avaliação, ainda no século XIX, de produção médico-científica acadêmica (Pasquali, 2016), até uma era de reconstrução da avaliação psicológica, já nas primeiras duas décadas do século XXI (Bueno & Peixoto, 2018). Os resultados do estudo aqui apresentado permitem até mesmo pensar em uma proposta que cria uma nomenclatura para uma nova fase da avaliação psicológica no Brasil. O marco dessa nova etapa, que poderia ser chamada de fase da consolidação, seria a Resolução CFP 9/2018. Nela, há uma menção explícita sobre a regulamentação da avaliação psicológica no Brasil, deixando de ter apenas a testagem como foco. Assim, nessa nova fase, a meta seria buscar a consolidação da ideia de um processo de avaliação psicológica amplo, que inclui o uso de diferentes técnicas para subsidiar as decisões tomadas pelos psicólogos, além de uma maior equidade no ensino das técnicas fundamentais. Pelo menos no estado do Maranhão, essa deve ser a meta a ser alcançada.

Além disso, a consolidação nessa nova fase passaria pela diminuição das desigualdades entre as regiões brasileiras. O desenvolvimento da ciência brasileira nunca foi coeso dentro do próprio país. Historicamente, as regiões sudeste e sul concentraram os recursos financeiros e intelectuais destinados à ciência. Nas últimas décadas, aos poucos, essas diferenças começaram a diminuir e a formação de psicólogas e psicólogos avançou para outras regiões do país, incluindo o interior dos estados. No Maranhão, esse movimento é notório. Assim, nessa nova fase proposta, é importante a inclusão de discussões sobre as necessidades e especificidades regionais quanto às práticas e formação em avaliação psicológica. O VII Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: Avaliação psicológica e seus desafios nas diferentes regiões do Brasil, realizado em São Paulo no ano de 2015, já trazia em seu título, de forma vanguardista, algo nessa direção. É preciso agora dar continuidade a essas discussões, aumentando o que se sabe sobre a AP nas regiões com menos acesso aos recursos científicos e propondo estratégias de formação continuada.

O estudo aqui apresentado tem a pretensão de ser parte desse movimento. Embora tenha a limitação de uma amostra que não é aleatória, o que não garante uma representatividade da classe, avança ao propor uma discussão que vai além da testagem,

tratando a avaliação psicológica de maneira mais ampla. Também oferece informações sobre o desenvolvimento da avaliação psicológica no Maranhão, um estado em que a Psicologia ainda é nova e precisa de apoio sólido para que siga crescendo pautada na ciência. Espera-se que os resultados deste estudo possam orientar os professores maranhenses e mesmo de outros estados quanto à formação em AP de seus alunos de graduação e servir como base para propostas de ações que visem melhorar a qualificação de psicólogos já formados.

Estudos futuros podem investigar com maior ênfase as práticas, dificuldades e perspectivas de psicólogos que trabalham com AP no interior do Maranhão. Também seria interessante uma comparação entre a formação em instituições públicas e privadas, comparação entre as práticas maranhenses e de outros estados ou regiões, especialmente da região norte, cujo histórico é semelhante. Ainda é possível propor estudos sobre contextos específicos ou até mesmo sobre o uso de técnicas específicas. Além disso, há a possibilidade de conhecer mais sobre questões emergentes, como a avaliação psicológica em formato remoto, para pessoas portadoras de deficiência ou relacionadas a questões raciais e de gênero.

Referências

- Ambiel, R. A. M., Baptista, M. N., Bardagi, M. P., & dos Santos, A. A. A. (2018). Ensino de avaliação psicológica: Dificuldades relatadas por uma amostra de docentes brasileiros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 515-530. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451859224008>
- Ambiel, R. A., Zuanazzi, A. C., Sette, C. P., Costa, A. R. L., & Cunha, F. A. (2019). Análise de ementas de disciplinas de avaliação psicológica: Novos tempos, velhas questões. *Avaliação Psicológica*, 18(1), 21-30. doi:10.15689/ap.2019.1801.15229.03
- Andrade, J. M., & Sales, H. F. S. (2017). A diferenciação entre avaliação psicológica e testagem psicológica: Questões emergentes. Em M. R. C. Lins & J. C. Borsa (Eds.) *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 9-22). Vozes.
- Araújo, M. A. P. (2011). Trajetórias da psicologia: a experiência no Maranhão. Em R. H. M. Faria & E. M. B. Coelho (Eds.) *Saberes e fazeres em construção* (pp. 309-339). EDUFMA.

- Bardagi, M. P., Teixeira, M. A. P., Segabinazi, J. D., Sche-
lini, P. W., & do Nascimento, E. (2015). Ensino da
avaliação psicológica no Brasil: Levantamento com
docentes de diferentes regiões. *Avaliação Psicológica*,
14(2), 253-260. doi:10.15689/ap.2015.1402.10
- Bueno, J. M. H., & Peixoto, E. M. (2018). Ava-
liação psicológica no Brasil e no mundo.
Psicologia: Ciência e Profissão, 38(3), 108-121.
doi:10.1590/1982-3703000208878
- Bueno, J. M. H., & Ricarte, M. D. (2017). Aspectos
históricos da testagem psicológica: Contexto inter-
nacional e nacional. Em M. C. R. Lins & J. C. Borsa
(Eds.). *Avaliação Psicológica* (p. 38-55). Vozes.
- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014).
Testagem e avaliação psicológica. Em R. J. Cohen,
M. E. Swerdlik, E. D. Sturman (Eds.) *Testagem e ava-
liação psicológica* (pp. 1-14). AMGH.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética
Profissional do Psicólogo*. CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução nº9, de 25 de
abril de 2018*. Recuperado de [https://atosoficiais.com.
br/lei/avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao](https://atosoficiais.com.br/lei/avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao)
- Figueiredo, R. M. E., Halabe, D. J. E., & Santos, F.
V., Neto (Eds.). (2021) *Orientações às práticas pro-
fissionais e de estágios em psicologia: Possibilidades e
recomendações*. CRP22. Recuperado de [https://www.
crpma.org.br/wp-content/uploads/2021/08/
Orientacoes-as-Praticas-Profissionais-e-de-Esta-
gios-em-Psicologia.pdf](https://www.crpma.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Orientacoes-as-Praticas-Profissionais-e-de-Estagi-os-em-Psicologia.pdf)
- Evers, A., McCormick, C., Hawley, L., Muñoz, J., Balbo-
ni, J., Bartram, Boben, D., Egeland, J., El-Hassan,
K., Fernández-Hermida, J. R., Fine, S., Frans, O.,
Gintiliené, G., Hagemeister, C., Halama, P., Iliescu,
D., Jaworowska, A., Jiménez, P., Manthouli, M., . .
. Zhang, J. (2017). Testing practices and attitudes
toward tests and testing: An international survey.
International Journal of Testing, 17(2), 158-190. doi:10
.1080/15305058.2016.1216434
- Gouveia, V. V. (2018). Formação em Ava-
liação psicológica: Situação, desafios e
diretrizes. *Psicologia: Ciência e profissão*, 38(spe), 74-
86. doi:10.1590/1982-3703000208641
- Hazboun, A. M., & Alchieri, J. C. (2013). Justificativas e
concepções de psicólogos que não utilizam avalia-
ção psicológica. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 361-368.
- Hazboun, A. M., & Alchieri, J. C. (2014). Difi-
culdades em avaliação psicológica segundo
psicólogos brasileiros. *Psico*, 45(1), 83-89. doi:
10.15448/1980-8623.2014.1.13173
- Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica:
Métodos, técnicas e testes. Em C. S. Hutz, D. R.
Bandeira, & C. M. Trentini (Eds.), *Psicometria* (pp.
11-21). Artmed.
- JASP Team. (2020). *JASP* (Version 0.14.1) [Computer
software]. Recuperado de <https://jasp-stats.org/>
- Mansur-Alves, M., Silva, R. S., & Fernandes, S. C. de Á.
(2016). Impact of the Psychological Testing Assess-
ment System (SATEPSI) for scientific publications
in psychological assessment. *Psico-USF*, 21(1), 179-
188. doi:10.1590/1413-82712016210115
- Muñiz Fernández, J., Hernández, A., Elosua, P., &
Wechsler, S. (2021). El uso de los test en España y
Latinoamérica: Perspectivas actuales y retos futu-
ros. *Anuario Internacional De Revisiones En Psicología*,
(1), 67-94. doi:10.14635/REVPSY.0.4
- Nakano, T. C., & Roama-Alves, R. J. (2019). Avaliação
psicológica no Brasil. Em M. N. Baptista et al.
(Eds.). *Compêndio de Avaliação Psicológica* (pp. 122-
132). Vozes.
- Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad,
D., Bueno, J. M. H., & Noronha, A. P. P. (2012).
Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica.
Avaliação Psicológica, 11(2), 309-316.
- Oakland, T., Douglas, S., & Kane, H. (2016). Top
ten standardized tests used internationally with
children and youth by school psychologists in
64 countries: A 24-year follow-up study. *Jour-
nal of Psychoeducational Assessment*, 34(2), 166-176.
doi:10.1177/0734282915595303
- Oliveira, K. L., Muniz, M., Lima, T. H., Zanini, D. S., &
Santos, A. A. A. (Eds.). (2021). *Formação e estratégias
de ensino em avaliação psicológica*. Vozes.
- Pasquali, L. (2016). *Técnicas de exame psicológico: Os funda-
mentos*. Vetor.
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil:
Fundamentos, situação atual e direções para o
futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 25-35.
doi:10.1590/S0102-37722010000500003
- Reppold, C. T., & Serafini, A. J. (2010). Novas tendên-
cias no ensino da avaliação psicológica. *Avaliação*

- Psicológica*, 9(2), 323-329. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000200016
- Reppold, C. T., Zanini, D. S., & Noronha, A. P. P. (2019). O que é avaliação psicológica? Em M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. da S. Nunes, L. de F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & P. Pasquali (Eds). *Compêndio de Avaliação Psicológica* (pp. 15-28). Vozes.
- Reppold, C. T., Wechsler, S. M., Almeida, L. da S., Elosuda, P., & Hutz, C. S. (2020). Perfil dos psicólogos brasileiros que utilizam testes psicológicos: Áreas e instrumentos utilizados. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*, 40, Artigo e201348. doi:10.1590/1982-3703003201348
- Rueda, F. J. M., & Zanini, D. S. (2018). O que muda com a Resolução CFP nº 09/2018? *Psicologia: ciência e profissão*, 38(spe), 16-27. doi:10.1590/1982-3703000208893
- Sousa, J. R., & Santos, S. C. M. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: Modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, 10(2), 1396-1416. doi:10.34019/2237-9444.2020.v10.31559.
- Vendramini, C. M. M., & Lopes, F. L. (2008). Leitura de manuais de testes psicológicos por estudantes e profissionais de psicologia. *Avaliação Psicológica*, 7(1), 93-105. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000100012&lng=pt&tlng=pt
- Vendramini, C. M. M., Silva, M. C. R., & Dias, A. E. (2009). Avaliação de atitudes em estudantes de psicologia via modelo de créditos parciais da TRI. *Psico-USF*, 14(3), 287-298. doi:10.1590/S1413-82712009000300005
- Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 121-128. doi:10.15689/ap.2019.1802.15466.02

Recebido em: 31/08/2021

Reformulado em: 01/04/2022

Aprovado em: 04/08/2022

Sobre os autores:

Lucas Guimarães Cardoso de Sá possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicometria e Avaliação Psicológica (GEPPAP-UFMA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1656-0136>

E-mail: lucas.gcs@ufma.br

Larissa Fook Bastos é Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, Pós-graduanda em Gestalt-terapia pela Faculdade Inspirar. Atua no programa de Mentoria do colégio Dom Bosco. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicometria e Avaliação Psicológica (GEPPAP-UFMA), do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia - Integrar (GEGT Integrar - UFMA) e do Grupo de Estudos em Orientação Profissional (Rede OP - Maranhão).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3085-4635>

E-mail: larissafook.psi@gmail.com

Anis Settimi de Oliveira é Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicometria e Avaliação Psicológica (GEPPAP-UFMA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6809-4627>

E-mail: anis.so@discente.ufma.br

Laura Andrelynne Durans Duarte é Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. Bolsista de iniciação científica (PIBIC-CNPq). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicometria e Avaliação Psicológica (GEPPAP-UFMA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8724-1402>

E-mail: laura.durans@discente.ufma.br

Contato com os autores:

Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, sala B6-108

Av. dos Portugueses, 1966

CEP: 65075-805

Telefone: (98) 98166-3450